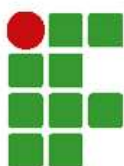


RELATÓRIO DE GESTÃO

Assistência Estudantil

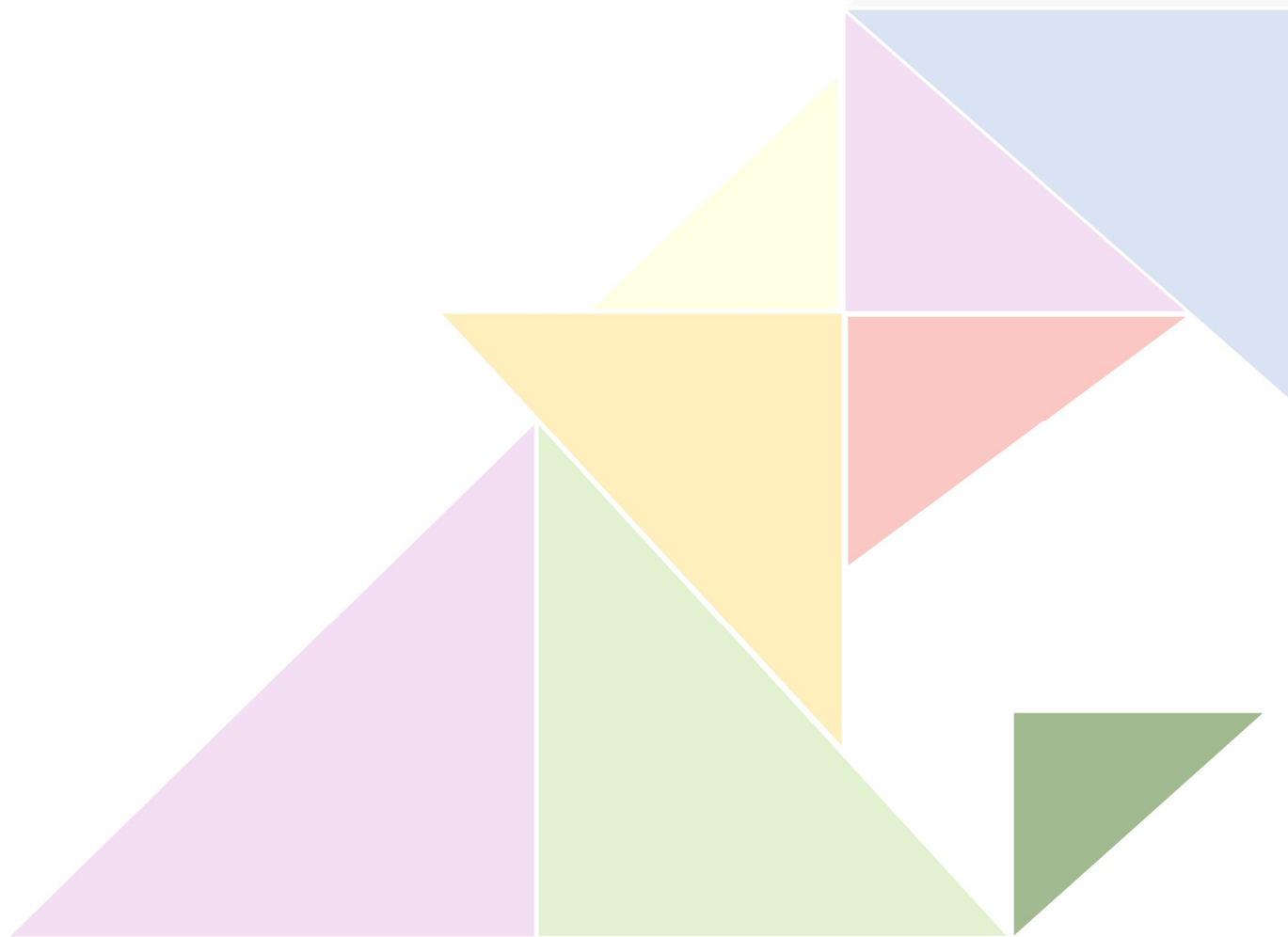


**INSTITUTO
FEDERAL**
Espírito Santo

2019

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Ações Afirmativas	2
3. Política de Assistência Estudantil	3
3.1. Programas Específicos	3
3.2. Programas Universais	7
3.3. Considerações	10
4. Programa de Bolsa Permanência	16
5. Atuação da Diretoria de Assuntos Estudantis	17



1 – Introdução

O Instituto Federal do Espírito Santo, em seu Projeto Pedagógico Institucional¹, concebe a educação como “um processo permanente de formação integral que abrange as dimensões ética, estética, política, científica, tecnológica e se constitui nas relações entre os sujeitos em seus diferentes contextos”. Assim, entende o sujeito como um ser social, histórico e cultural, e a educação como processo que possibilita a produção de conhecimentos técnicos, científicos, mas também a construção de sujeitos de direitos, aptos ao exercício da cidadania, conhecedores de seus deveres, e capazes de intervenções conscientes que promovam mudanças na realidade, em busca de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e inclusiva.

Tendo em vista esse entendimento, as políticas adotadas institucionalmente para o desenvolvimento deste projeto educacional devem ter como fundamento a promoção do acesso, permanência, aprendizagem e conclusão com aproveitamento de todos os estudantes “sem deixar ninguém para trás”².

É nesse sentido que se inserem as Políticas de Ações Afirmativas, em âmbito nacional e institucional, como ações ou medidas de reparação de exclusões, desigualdades e discriminações presentes na sociedade, na busca de equiparação de oportunidades. As ações afirmativas incidem geralmente sobre os processos de acesso às instituições, e podem atingir grupos discriminados e excluídos devido a questões étnico-raciais, sociais, de gênero, sexualidade e/ou pessoas com deficiência.

Além disso, no que se refere à permanência, observamos a promoção de ações e medidas que visam minimizar os efeitos das desigualdades sociais, contribuindo para a igualdade de oportunidades e para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes, além de agir, preventivamente, para minimizar as situações de retenção e evasão decorrentes das situações de vulnerabilidade social. Com isso, objetiva-se a promoção da inclusão social pela educação³.

Nesse contexto, insere-se a Política de Assistência Estudantil, cujo foco do trabalho é voltado, sobretudo, para a permanência dos estudantes no sistema de ensino. Neste sentido, a Assistência Estudantil foi concebida como um conjunto de ações voltadas ao desenvolvimento integral dos discentes, ao fortalecimento dos vínculos dos estudantes com seu percurso educacional e à promoção de protagonismo, autonomia e inclusão social.

Sendo assim, apresentamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pelo Ifes, no ano de 2019, com relação às Ações Afirmativas e à Assistência Estudantil, além de algumas reflexões e propostas para aprimoramento dos processos institucionais voltados à garantia do direito de todas, todos e todes à Educação.

¹ INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2024. Vitória, 2019, p. 68.

² ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015.

³ BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, 2010.

2 – Ações Afirmativas

No ano de 2019, o Ifes trabalhou com Ações Afirmativas que garantiram a reserva de vagas tanto no âmbito dos cursos técnicos como no âmbito da graduação. Conforme preconizado pela Lei nº 12.711/2012, 50% das vagas ofertadas foram direcionadas a estudantes provenientes de escolas públicas (3.504 vagas), sendo que metade delas foi direcionada àqueles que, além de provenientes de escolas públicas, tinham renda familiar per capita inferior a 1,5 salário mínimo (1.756 vagas). Ainda dentre os referidos 50%, houve reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas (2.085 vagas), em percentual definido com base nos dados de perfil étnico aferidos pelo IBGE. Neste caso, o percentual de pretos, pardos e indígenas da população capixaba, indicado pelo IBGE, é de aproximadamente 60%.

A partir da publicação da Lei nº 13.409/2016 e da Portaria Normativa nº 09/2017, os processos seletivos do Ifes passaram a contemplar também a reserva de vagas para pessoas com deficiência, vinculada às reservas já existentes. Desta forma, para cada modalidade de reserva já em vigor, foi destinada uma parcela das vagas para pessoas com deficiência (totalizando 933 vagas), de acordo com os percentuais verificados no último censo do IBGE. Atualmente, o percentual segue um novo critério de margem de corte, adotado pelo IBGE em 2018⁴, o qual considera como pessoa com deficiência os indivíduos que indicaram ter, pelo menos, muita dificuldade em uma ou mais das questões aferidas (enxergar, ouvir, caminhar/subir degraus). Isso fez com que o número de pessoas com deficiência no Brasil ficasse em 12,7 milhões, representando 6,7% da população em geral, bem abaixo dos 23,9% identificados anteriormente.

A planilha a seguir resume a reserva de vagas para ações afirmativas do Ifes no ano de 2019.

Tabela 1 – Reserva de Vagas nos Processos Seletivos de Alunos

Programa	Oferta	Quantidade	Base Legal
Estudantes procedentes de Escola Pública	Sim	3.504	Lei 12.711/2012
Socioeconômico	Sim	1.756	Lei 12.711/2012
Étnico-racial	Sim	2.085	Lei 12.711/2012
Pessoa com Deficiência	Sim	933	Lei 13.409/2016
Outros	Não	-	

Fonte: Pró-reitoria de Ensino do Ifes

⁴ IBGE. Nota Técnica 01/2018. Rio de Janeiro, 2012.

3 – Política de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE) foi criada em 2011 pela Resolução nº 19/2011, do Conselho Superior do Ifes, à luz do disposto no Decreto nº 7.234/2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Na direção do texto legislativo, a PAE do Ifes assume como finalidade promover ações que contribuam para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes, além de contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais, políticas, culturais e de saúde dos discentes, as quais perpassam todo o processo educativo. Com isso, busca-se prevenir e minimizar a retenção e a evasão escolar, contribuindo para a permanência, o êxito e a formação cidadã dos estudantes.

Pensando em uma política participativa, optou-se por levantar as demandas para Assistência Estudantil junto aos alunos, o que proporcionou a discussão coletiva e, a partir disso, a eleição das demandas prioritárias na área. A partir da realidade apresentada, elaboraram-se os programas de apoio à formação discente, vinculados à PAE e regulamentados pela Portaria nº 1.602/2011, do Reitor do Ifes.

Os Programas de Apoio à Formação Discente estão divididos em Programas Específicos – Auxílio Material Didático e Uniforme, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Financeiro, que visam o atendimento preferencialmente ao aluno em vulnerabilidade social –, e Programas Universais, cujo atendimento é oferecido a toda comunidade discente.

No sentido de acompanhar e avaliar a implementação das ações de assistência ao educando, foi criado em 2010 o Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (Portaria nº 1.583, de 20 de dezembro de 2010), cujo trabalho culminou na elaboração da Política de Assistência Estudantil do Ifes, abordada no presente documento. A seguir serão apresentados dados comparativos de 2017 a 2019, relativos à implementação dos Programas Específicos e Programas Universais inseridos na Política de Assistência Estudantil do Ifes.

3.1 - Programas Específicos

Os Programas Específicos da Assistência Estudantil têm por objetivo promover o atendimento às necessidades básicas dos estudantes para sua permanência na instituição, especialmente no que se refere à alimentação, transporte, moradia próxima do local de estudo e material didático. Neste sentido, apresentamos a seguir os dados referentes ao quantitativo de alunos beneficiados com auxílios pela Assistência Estudantil, num comparativo entre os números alcançados nos anos de 2017, 2018 e 2019.

A partir do gráfico apresentado, observamos que entre 2017 e 2019 houve uma diminuição total de 8,5% no número de alunos atendidos nos Programas Específicos da Assistência Estudantil (de 8.947 para 8.815 estudantes). Embora a demanda por auxílios ainda se mostre crescente, observa-se uma diminuição no quantitativo de estudantes beneficiados nos últimos anos. Isto pode ser explicado pela situação orçamentária da Assistência Estudantil, que apresentou uma oscilação nos últimos anos. Observamos que o valor do recurso destinado à Assistência Estudantil em 2017 foi de R\$ 15.952.580,78⁵, enquanto em 2018 caiu para R\$ 14.691.154,00⁶. Já em 2019, o valor destinado ao Ifes foi de R\$ 16.925.521,00⁷, havendo, portanto, um acréscimo no recurso destinado em relação aos anos anteriores.

Gráfico 1 – Total de Alunos Beneficiados
Comparativo 2017-2018-2019



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Isto traz uma série de desafios ao trabalho da Assistência Estudantil, pois diante do contexto socioeconômico mais amplo, diversas situações de vulnerabilidade têm se configurado e se agravado, as quais são identificadas durante os processos de seleção para os auxílios da Assistência Estudantil, ou ainda no acompanhamento realizado ao longo do percurso escolar dos discentes. Diante desta realidade, observa-se que um grande número de estudantes tem demandado auxílios, em geral mais de um tipo de auxílio, no entanto, o que se observa é a restrição das possibilidades de atendimento, diante da limitação orçamentária. Na busca por caminhos para lidar com tais limitações, algumas estratégias têm sido utilizadas, como por exemplo a criação de “categorias” que indicam os graus de vulnerabilidade e, com isso, possibilitam a definição do recebimento integral ou parcial dos valores nas diversas modalidades de auxílio. Esta análise e a concessão se dão de acordo com a avaliação das equipes de serviço social dos campi.

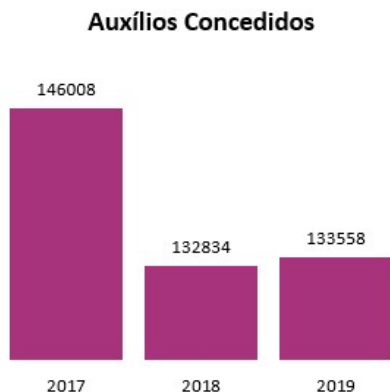
Tendo estas informações em consideração, observamos que o número de auxílios concedidos no ano de 2019 foi 133.558, o que representa um decréscimo de 1,5% em relação ao ano de 2017 (que contava 146.008 auxílios), e um decréscimo de 0,5% em relação a 2018 (em que foram concedidos 132.834 auxílios), como pode ser observado no Gráfico 2.

⁵ Fonte de dados: SIMEC.

⁶ Fonte de dados: SIOP.

⁷ Fonte de dados: SIOP.

Gráfico 2 – Total de Auxílios Concedidos
Comparativo 2017-2018-2019

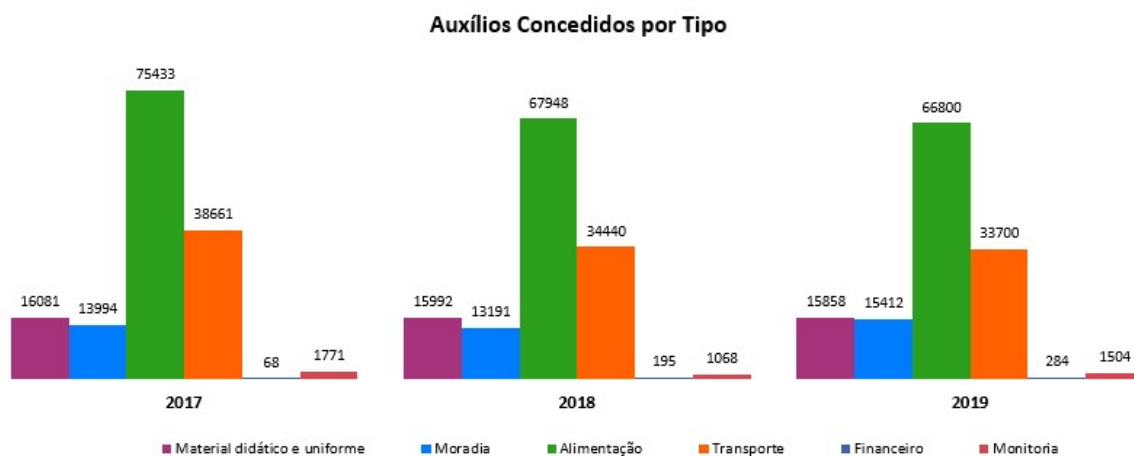


Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

É importante destacar que, desde 2012, o primeiro ano de efetiva implementação da Política de Assistência Estudantil do Ifes, o número de alunos beneficiados cresceu 94,9% (de 4.522 em 2012 para 8.815 beneficiados em 2019), enquanto o número de benefícios concedidos registrou um crescimento de 92,2% (de 69.492 em 2012 para 133.558 em 2019).

Considerando os tipos de auxílio na sua especificidade, pode-se verificar aqueles que representam as maiores demandas dos estudantes, conforme apresentado a seguir:

Gráfico 3 – Auxílios Concedidos Por Tipo
Comparativo 2017-2018-2019

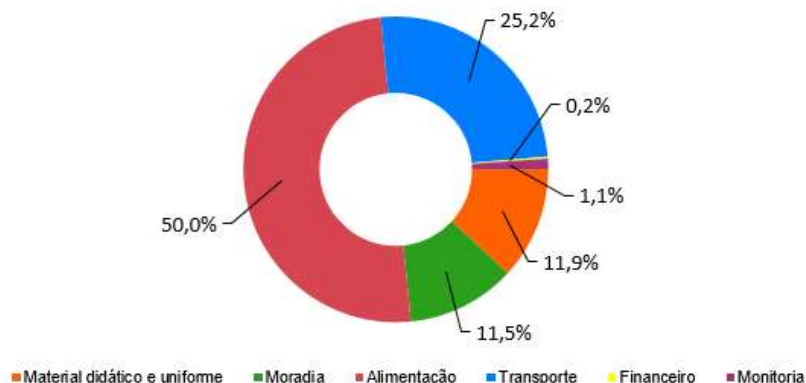


Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Considerando tais dados, observa-se que o quantitativo de benefícios concedidos por meio do Auxílio Alimentação atingiu 50% do total, sendo que 54,2% dos recursos foram empregados nesta modalidade. É interessante destacar que, juntos, os Auxílios Alimentação e Transporte são responsáveis por 75,2% da demanda atendida pela Assistência Estudantil, e mobilizam 81,3% do recurso destinado aos Programas Específicos da PAE (o que representa quase 14 milhões de reais em 2019), conforme apresentado nos próximos gráficos.

Gráfico 4 – Auxílios Concedidos Por Tipo - 2019

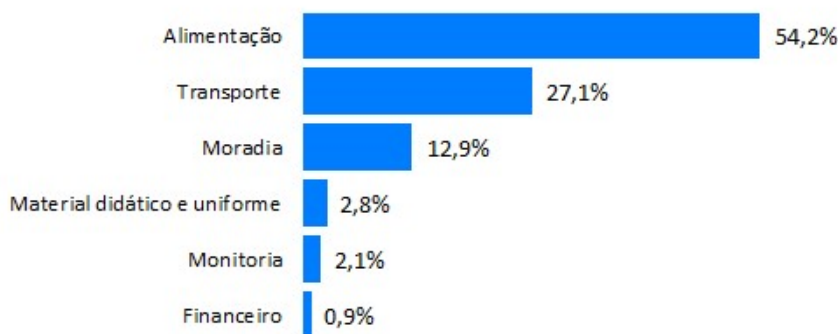
Programas Específicos - Auxílios Concedidos por Tipo - 2019



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Gráfico 5 – Programas Específicos – Distribuição de Despesas - 2019

Programas Específicos - Distribuição de Despesas 2019



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

No que se refere ao Auxílio Alimentação, tem-se outro dado bastante expressivo, na medida em que abrange sozinho metade dos atendimentos e dos recursos entre os Programas Específicos da PAE. Isto pode ser explicado pelo fato de que, no cotidiano dos campi do Ifes, os estudantes muitas vezes permanecem na escola por mais de um turno, seja porque o curso funciona em turno integral, seja devido à participação em atividades extracurriculares, ou ainda monitoria e reforço, o que gera uma demanda alta e constante deste auxílio. Com isso, tem-se observado uma movimentação, tanto da parte dos alunos como dos servidores dos campi, no sentido da proposição e estruturação de projetos envolvendo a oferta de alimentação adequada e de menor custo nos campi. No sentido de suprir esta demanda, uma alternativa adotada por alguns campi tem sido a contratação de empresas prestadoras dos serviços de lanchonete e restaurante. A atuação destas empresas é fiscalizada por comissões locais dos campi.

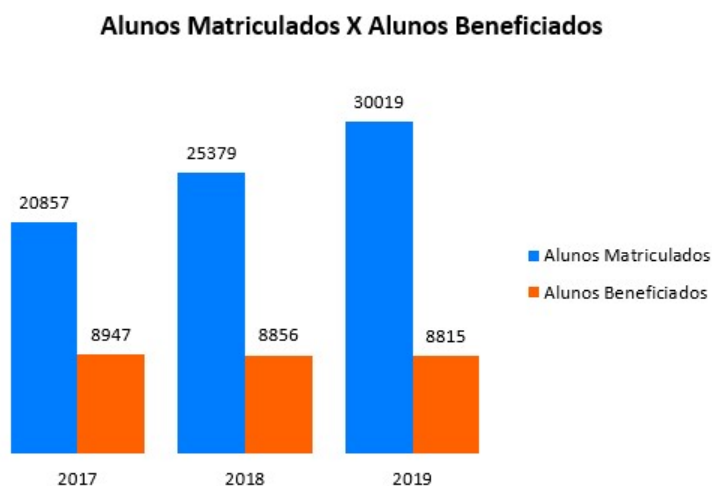
Quanto ao Auxílio Transporte, observa-se que ele atende a realidades diversas – tanto a demanda de transporte local, como a de transporte intermunicipal, compreendendo inclusive situações de alunos que residem em

localidades rurais. Ressalta-se que em alguns campi, devido às localidades de moradia dos estudantes e/ou à localidade onde o campus está situado, há necessidade de realizar contratos terceirizados com empresas que façam o transporte diário dos estudantes. Isto se deve ao fato de que algumas localidades não são cobertas pela rede de transporte público, o que gera a demanda de provisão de tal transporte.

Destaca-se ainda o importante papel do Auxílio Moradia, que representa 11,5% dos atendimentos, e proporciona a alunos residentes em localidades distantes do campus – outros municípios ou até mesmo outros estados – condições para permanecerem na instituição e prosseguirem seus estudos.

O gráfico abaixo demonstra a relação entre o total de alunos matriculados e o total de alunos beneficiados com auxílios da Assistência Estudantil, nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Gráfico 6 – Alunos Matriculados X Alunos Beneficiados
Comparativo 2017-2018-2019



Fonte: Sistema Acadêmico e Assistência Estudantil dos campi.

Com base nos dados apresentados no Gráfico 3, observamos que o total de alunos atendidos pelos Programas Específicos da Assistência Estudantil do Ifes no ano de 2017 foi de 8.947 alunos, representando 43% do total de matriculados (20.857), enquanto em 2018 este número foi de 8.856 alunos atendidos, o que representou 34,9% do total de alunos matriculados (25.379). Já em 2019, 8.815 alunos foram beneficiados, o que corresponde a 29,4% dos alunos matriculados na instituição (30.019).

3.2 Programas Universais

Entende-se por Programas Universais aqueles que são acessíveis a toda comunidade discente, com o objetivo de favorecer o desenvolvimento integral dos alunos. As ações universais são organizadas em 04 (quatro) eixos: Programa de Incentivo a Atividades Culturais e de Lazer; Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade

Educacional Especial; Programa de Ações Educativas/ Formação para Cidadania; e Programa de Atenção Biopsicossocial.

Tais programas têm como foco promover a inclusão social e a formação cidadã, orientando os alunos quanto aos seus direitos, deveres e proporcionando debates com o objetivo de ampliar o arcabouço teórico dos discentes em temas relevantes para sua educação e participação cidadã, visando o rompimento de discriminações, indiferenças e preconceitos, além de promover a construção de uma cultura de cuidado de si e do outro na dimensão biopsicossocial.

No ano de 2019, foram realizadas atividades relacionadas aos 04 eixos programáticos, tendo sido aplicados os recursos conforme traz o gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Programas Universais – Distribuição de Despesas - 2019

Programas Universais - Distribuição de Despesas - 2019



Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

Como é possível observar, 51,9% dos recursos destinados aos Programas Universais da PAE foram utilizados em projetos desenvolvidos no âmbito dos Programas “Incentivo a Atividades Culturais e Lazer” e “Ações Educativas/ Formação para Cidadania”, por meio dos quais foi possível articular e apoiar demandas e atividades já realizadas nos campi, além de fomentar outras propostas de trabalho, com temas relacionados a Direitos Humanos, Diversidade, Relações Sociais, Inclusão, Políticas Afirmativas, Comportamento, Saúde, Sustentabilidade e Preservação Ambiental.

Ressaltamos ainda que 16,3% dos recursos destinados aos Programas Universais da PAE foram utilizados em projetos desenvolvidos no âmbito do Programa “Atenção Biopsicossocial”. No contexto deste programa, foram desenvolvidas ações como: acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento social, atendimento ambulatorial, primeiros socorros e outros. Nos campi agrícolas, destacamos também a realização de acompanhamento médico e odontológico dos alunos, uma vez que estes campi contam com os profissionais das referidas áreas.

No contexto desse Programa, é importante ressaltar que tem sido observado, ao longo do tempo, um aumento da procura dos estudantes pelos profissionais principalmente de enfermagem e psicologia, apresentando sintomas de ansiedade, tristeza, dores no peito, falta de ar, pânico, hipertensão, entre outros, os quais são evidenciados em momentos de maior tensão, como períodos de provas e apresentação de trabalhos. Outro dado importante diz respeito aos encaminhamentos à psicologia, por parte de docentes e setores pedagógicos, de estudantes com indicativos de adoecimento mental, demanda esta que é delicada, complexa e exige um diálogo e uma atuação interdisciplinar e intersetorial, além diálogos com a rede de saúde e socioassistencial dos municípios e do estado, no sentido de viabilizar um acompanhamento integral destes casos.

Além das ações já citadas, podemos destacar a atuação da equipe multidisciplinar no desenvolvimento de estratégias educativas diversas, como oficinas, “Rodas de Conversa”, Grupos de Orientação Profissional, ações em salas de aula via Psicologia abordando temas relevantes para as juventudes, estimulando a expressão, o debate e o fortalecimento de vínculos. Destaque para as temáticas do Fortalecimento de Si, Prevenção do Suicídio, Saúde Mental, com a realização de oficinas, exibição de filmes, documentários e debate com os estudantes. Também foram realizadas Rodas de Conversa com assistentes de alunos, demais servidores ligados ao ensino, com pais e responsáveis, com os estudantes, sobre “Saúde Mental dos Adolescentes”, ética, moral e direito, perpassando temáticas como bullying, assédio, alienação parental, abandono afetivo, pedofilia, entre outras temáticas.

Tais estratégias possibilitaram não só a criação de espaços de convivência diferenciados no contexto escolar, mas também fomentaram o fortalecimento laços e redes de apoio, acolhimento, compartilhamento de experiências e promoção de saúde e bem-estar. Essas ações também favoreceram olhares diferenciados entre os servidores, que têm demonstrado maior abertura para discussão de questões relacionadas à saúde mental, por exemplo.

Ainda na área da saúde, foram realizados eventos sobre saúde bucal, tabagismo, hipertensão arterial, orientações sobre higiene pessoal, controle de pediculose, controle de zoonoses, orientações sobre varicela, métodos contraceptivos e prevenção de DST's. Também foram feitas ações sobre hábitos alimentares saudáveis, obesidade, desnutrição e transtornos alimentares, além de orientações sobre o desperdício de alimentos.

No escopo do “Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial”, foram utilizados 31,8% dos recursos, com a aquisição de materiais e equipamentos assistivos e custeio de serviços pontuais para apoio aos estudantes com necessidades específicas.

Além destas ações descritas, identificamos ainda muitas possibilidades a serem desenvolvidas e muitas iniciativas já em andamento, relacionadas aos Programas Universais da Política de Assistência Estudantil. Acreditamos ser este um excelente caminho para se atingir toda a comunidade discente com ações que beneficiem o processo de aprendizagem e também o desenvolvimento integral dos estudantes.

3.3 Considerações

INFRAESTRUTURA E RECURSOS

Quanto à infraestrutura, observa-se que nem todos os campi contam com espaços adequados para o funcionamento da Coordenadoria, mas ressalta-se que estes espaços são essenciais para possibilitar o desenvolvimento das ações, como por exemplo, sala compartilhada para a equipe, salas de atendimento individual e ambulatório.

Com relação aos recursos financeiros, houve um acréscimo no valor destinado à Assistência Estudantil no ano de 2019, o que ampliou as possibilidades em relação aos anos anteriores, porém continua sendo insuficiente para atendimento da demanda. Uma projeção feita no PDI do Ifes 2014-2019 dava conta de que o recurso destinado à Assistência Estudantil deveria atingir, em 2019, um valor em torno dos 21 milhões, para atendimento às demandas desta Política, o que não se concretizou. Aliado a isto, as incertezas quanto à disponibilidade orçamentária devidas aos contingenciamentos realizados por parte do Governo Federal e atrasos nos repasses prejudicaram a execução dos planejamentos feitos. Desta forma, diversas ações deixaram de ser desenvolvidas e não foi possível atender a toda a demanda discente, ainda que dentro dos critérios estabelecidos.

A realidade de vários campi do Ifes, principalmente os do interior, é a de que a maioria dos estudantes são oriundos de famílias de baixa renda, e demandam condições mínimas para permanência na instituição, especialmente no que se refere a alimentação e transporte.

Neste sentido, é importante enfatizar que o horizonte de restrição orçamentária pode comprometer a execução da Política de Assistência Estudantil e, conseqüentemente, a vida acadêmica dos estudantes.

Além disso, é necessário destacar a importância dos recursos humanos para operacionalização do trabalho e desenvolvimento das ações, no entanto o que se tem observado é que as equipes estão reduzidas, e muitas vezes desfalcadas. Em 03 campi, há apenas 01 profissional técnico na equipe de Assistência Estudantil, e 01 campus conta apenas com uma Comissão Gestora, não havendo equipe de Assistência Estudantil constituída. Alguns campi que não contam com assistente social também têm utilizado a estratégia da contratação deste profissional, por tempo determinado, o que tem sido relatado como uma experiência exitosa para a finalidade a que se propõe (operacionalização dos processos seletivos da AE), porém se constitui numa “solução” de caráter pontual, paliativo e parcial, na medida em que não atende à demanda de acompanhamento permanente dos estudantes.

Tendo em vista o quantitativo de alunos matriculados, a demanda crescente pela Assistência Estudantil, bem como a rotina de funcionamento da instituição em três turnos, há grandes entraves na realização de um acompanhamento mais ampliado e sistemático dos alunos, de tal forma que o desafio de garantia das equipes mínimas se mostra primordial.

Propostas e sugestões:

- ampliação do acesso às informações relacionadas ao orçamento e aos trâmites financeiros, para que tanto servidores como alunos possam compreender o processo e as dificuldades encontradas nessa área;
- utilização, por parte da Reitoria, das informações do Relatório de Gestão para a melhoria dos processos administrativos relacionados ao planejamento e execução orçamentária do recurso destinado à Assistência Estudantil;
- garantia das equipes mínimas, contemplando profissionais de serviço social, psicologia e enfermagem, sem prejuízo de outros das demais áreas afins à Assistência Estudantil;
- fortalecimento das equipes de Assistência Estudantil, garantindo quantitativo de servidores técnicos e administrativos para a realização de um acompanhamento efetivo dos alunos, tanto na situação acadêmica, quanto na gestão dos auxílios.

PROCESSOS DE TRABALHO

Os processos de trabalho desenvolvidos no contexto da Assistência Estudantil envolvem, principalmente, processos de seleção para os auxílios e processos de acompanhamento de alunos.

Em relação aos processos de seleção para os auxílios, observam-se algumas iniciativas para construção de estratégias e ferramentas de trabalho que otimizam o desenvolvimento das atividades, como por exemplo a reestruturação dos cronogramas de renovação de auxílios. No entanto, ainda são grandes os desafios no sentido de promover processos mais simples e ágeis, pois mesmo diante das mudanças realizadas, os processos de seleção continuam demasiadamente longos, o que acarreta atraso na concessão e recebimento dos auxílios por parte dos alunos, prejudicando a qualidade da sua permanência no campus.

Neste sentido, uma providência importante seria o desenvolvimento de um sistema informatizado que poderia trazer agilidade e eficiência aos procedimentos para seleção dos estudantes. Paralelo a isso, o Sistema Acadêmico utilizado atualmente na instituição não possui um módulo próprio para a Assistência Estudantil, que permita o acompanhamento dos alunos (incluindo registro de atendimentos por diferentes setores), dificultando a sistematização dos atendimentos realizados e a integração do processo.

Destaca-se também o grande volume de trabalho administrativo absorvido pelas equipes de Assistência Estudantil, relacionado principalmente aos procedimentos em torno dos repasses financeiros aos discentes, demanda esta que muitas vezes se sobrepõe ao trabalho técnico especializado. A isto soma-se a dificuldade no entendimento, por parte de alguns servidores, de que a Política de Assistência Estudantil não se resume à transferência de auxílios estudantis para os estudantes, mas envolve uma perspectiva ampla do seu percurso educacional, compreendendo as questões que atravessam este percurso e que interferem em suas condições de permanência, aprendizagem e conclusão nos cursos em que estão matriculados.

O trabalho das equipes de Assistência Estudantil também é atravessado pelos desafios encontrados na busca por uma prática mais articulada entre os segmentos do ensino, em especial junto à atuação pedagógica de cada campus. Neste sentido, observam-se como entraves o grande volume de atividades administrativas e burocráticas demandadas pelo processo de seleção para os auxílios de assistência estudantil, bem como as dificuldades no planejamento, execução e avaliação de ações mais integradas entre os setores do ensino, que pudessem promover o alinhamento das intervenções junto ao corpo discente. Tais fatores alimentam a fragmentação e a desarticulação do processo educativo, gerando retrabalho e consequente desgaste das equipes. Frequentemente os servidores se percebem enredados em práticas imediatistas e solitárias, com pouca ou nenhuma condição de planejamento, execução e avaliação conjunta dos processos de trabalho desenvolvidos, o que além de mitigar a qualidade do serviço oferecido, expõe profissionais e estudantes a processos sobrepostos, morosos e, por vezes, ineficientes.

Ainda assim, observam-se avanços no trabalho, com a participação de membros da Assistência Estudantil nas Reuniões Pedagógicas possibilitando a troca de informações sobre os alunos de forma mais ampla, diretamente com os docentes; a realização de atividades de educação em saúde (ex: Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul), além de apoio à organização de atividades envolvendo temas relacionados à Cidadania e Direitos Humanos (ex: Dia da Consciência Negra, Dia Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes); e os diálogos para construção de uma proposta de atendimento multidisciplinar envolvendo a equipe de Assistência Estudantil e a equipe pedagógica.

Importante ressaltar também que a Política de Assistência Estudantil do Ifes está em processo de reformulação, com o objetivo de adequá-la às demandas atuais dos estudantes do Ifes, bem como incorporar as experiências já vivenciadas desde sua construção inicial. Este processo está previsto para ser finalizado em 2020, e é fundamental para embasar e respaldar as ações desenvolvidas pelas equipes de Assistência Estudantil nos campi.

Propostas e sugestões:

- conclusão da reformulação da Política de Assistência Estudantil e implementação de ações de avaliação e monitoramento permanentes desta política;
- fortalecimento dos Programas Universais;
- implementação de sistema para apoio aos processos de seleção e acompanhamento dos estudantes, ou adequação do SIGA-A para estas finalidades;
- adoção de providências para auxiliar na desburocratização do trabalho (especialmente os processos de cunho financeiro/ administrativo);
- aprimoramento do acompanhamento dos alunos atendidos pelos programas específicos;
- fortalecimento da atuação interdisciplinar dos profissionais da educação, bem como investimento na construção de processos de trabalho integrados entre os diversos setores ligados ao ensino;
- promoção de ações de formação permanente dos profissionais das equipes de Assistência Estudantil.

GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A gestão da Política de Assistência Estudantil perpassa, principalmente, 04 instâncias: as equipes de Assistência Estudantil dos campi, as Comissões Gestoras da Política de Assistência Estudantil – CGPAE de cada campus, o Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil e a Diretoria de Assuntos Estudantis da Pró-reitoria de Ensino.

A implementação das ações de Assistência Estudantil é desenvolvida diretamente pelas equipes de cada campus, que são responsáveis pelo planejamento e estruturação do trabalho, pela construção de procedimentos, e pelos encaminhamentos necessários. Neste sentido, considera-se fundamental a realização de reuniões e planejamentos constantes, que fortalecem o trabalho.

A CGPAE é formada por equipe multidisciplinar, em geral composta por representantes da equipe de Assistência Estudantil (assistente social, psicólogo, auxiliar ou técnico em enfermagem, técnico em assuntos educacionais, etc.), representantes do setor administrativo/ financeiro, representantes do Apoio ao Ensino, o Gestor de Ensino, e em alguns campi, representantes do corpo discente. Destacamos esta participação discente como extremamente relevante, seja por meio dos representantes de turma, dos Grêmios Estudantis e/ou do Diretório Acadêmico. A CGPAE desempenha um importante papel no apoio e referência para o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações implementadas no contexto da PAE, e a parceria entre ela e a equipe de Assistência Estudantil tem o potencial de enriquecer o debate e legitimar a tomada de decisões no que diz respeito à gestão dos recursos, à eleição de prioridades nos campi, à definição de critérios, entre outros aspectos do cotidiano da PAE nos campi.

Outra instância de grande importância na gestão da Política de Assistência Estudantil é o Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil – FIAE. O FIAE tem como principal objetivo propor diretrizes e políticas para a Assistência Estudantil, acompanhando sua implementação, avaliando e propondo sua reformulação quando necessário. Também possui caráter interdisciplinar e agrega profissionais que atuam na Assistência Estudantil dos campi do Ifes.

A gestão da PAE conta ainda com a atuação da Diretoria de Assuntos Estudantis da Pró-reitoria de Ensino que, entre outras atribuições, presta assessoria nos assuntos relacionados à Assistência Estudantil. Entre as atividades desenvolvidas por esta Diretoria estão a orientação e o acompanhamento da implementação da PAE, bem como do planejamento orçamentário e da execução financeira das ações de Assistência Estudantil, a prestação de contas e a produção de relatórios referentes ao trabalho desenvolvido, além da organização de reuniões e encontros para capacitação, planejamento e avaliação das ações de assistência aos estudantes.

Propostas e sugestões:

- regulamentação da atuação das CGPAE no texto da Política de Assistência Estudantil;
- ampliação da participação dos estudantes no processo de gestão da Política.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS DEMANDAS DOS ESTUDANTES

Tendo como foco principal a permanência dos estudantes na instituição, a Política de Assistência Estudantil desenvolve ações no sentido de promover a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes. Para tanto, os Programas Específicos e Universais propostos buscam atender a demandas que os estudantes apresentam neste percurso.

Assim, as principais situações identificadas dizem respeito a situações de vulnerabilidade social dos estudantes, as quais se materializam em demandas referentes à alimentação, considerada direito social fundamental pela Constituição Federal; ao transporte, que é requisito básico para garantia da frequência escolar; e à moradia, considerando a necessidade de que estudantes oriundos de localidades mais distantes dos espaços escolares tenham a garantia do acesso a eles.

No entanto, outras demandas comparecem no cotidiano escolar, as quais atravessam o processo educativo e interferem direta ou indiretamente nas condições de permanência dos estudantes, devendo ser consideradas como parte do contexto educacional mais amplo, numa visão integral dos sujeitos.

Sendo assim, para além das situações de vulnerabilidade social referentes à pobreza e todo o processo de exclusão dela decorrente, verificou-se situações de violência doméstica, violência sexual, uso e abuso de drogas, transtornos mentais, além de comportamentos de automutilação, ideações suicidas e até mesmo tentativas de suicídio. Destaca-se que tais demandas chegam às equipes de Assistência Estudantil por encaminhamento de professores, pedagogos e outros servidores, mas muitas vezes chegam pela procura espontânea por parte dos estudantes, o que indica a existência de um sofrimento com o qual não têm conseguido lidar e que tem prejudicado o seu processo educativo e a vida de forma geral.

Diversas questões estão relacionadas a este sofrimento, muitas delas se expressam nos contextos sociais vivenciados, e envolvem desde questões biológicas até os vínculos afetivos e de pertencimento, as histórias de vida, a relação com o próprio processo educativo. Neste sentido, observa-se que em diversos atendimentos realizados, tanto a alunos como a seus familiares, comparecem questões como a alta carga horária dos cursos, especialmente os técnicos integrados, e as cobranças excessivas, que tem gerado sobrecarga física e emocional e, conseqüentemente, sofrimento aos discentes.

Não se trata aqui de culpabilizar o professor ou a escola pelo sofrimento, mas de corresponsabilizar a educação diante desta produção social do adoecimento e do sofrimento, bem como da patologização e medicalização da vida, como também diante das possibilidades de construção de outras formas de fazer educação que sejam mais produtoras de saúde e potencializadoras da vida, e que contribuam para o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos diante de suas histórias e seus percursos.

Para trabalhar essas demandas, as equipes de Assistência Estudantil têm buscado o fortalecimento do vínculo com os discentes, priorizando o atendimento e acolhimento e, com isso, oportunizando maior vínculo e conhecimento da realidade dos estudantes, de forma a auxiliá-los nas demandas escolares e extraescolares. Além disso, tem-se buscado estabelecer um trabalho mais integrado entre Serviço Social, Psicologia e Enfermagem, para acompanhamento dos estudantes que apresentam questões de saúde mental (ansiedade,

depressão, risco de suicídio, etc.), construindo em equipe as propostas de intervenção, e ampliando o diálogo com os profissionais da rede pública de saúde. Neste sentido, os encaminhamentos às redes (de saúde e socioassistencial) ainda se constituem como desafios, diante da fragilidade em relação à oferta e abrangência de serviços públicos pelas redes municipais, principalmente em alguns municípios do interior.

Outra ação importante tem sido a participação da equipe nas formações pedagógicas, o que possibilita um espaço de discussão sobre as práticas educativas e a saúde dos estudantes, assim como a participação nas reuniões pedagógicas intermediárias e finais, que contribui para a qualificação dos atendimentos, melhor compreensão dos casos e melhor acompanhamento dos discentes.

Propostas e sugestões:

- aprimoramento de processos integrados de acompanhamento;
- elaboração de propostas/estratégias para integração entre família e escola;
- ampliação das discussões e ações sobre a temática “Saúde Mental dos Estudantes”;
- construção de orientações e procedimentos institucionais acerca do enfrentamento às situações de violência sexual no Ifes.

MONITORIA

De acordo com a Portaria 1.602/2011, que regulamenta os Programas da Política de Assistência Estudantil do Ifes, o Auxílio Monitoria é um Programa Específico de Atenção Secundária da PAE, destinado a valorizar o potencial do discente com desempenho acadêmico notório, oferecendo-lhe a oportunidade de desenvolver atividade de monitoria. Tem como principais objetivos contribuir para o bom desenvolvimento do processo de formação acadêmica dos discentes envolvidos e desenvolver nos monitores conhecimentos e habilidades relativas à prática docente.

Alguns campi têm contado avanços na organização da Monitoria, como a existência de professores de referência na gestão do Programa, os quais são responsáveis pelo levantamento de vagas, elaboração e publicação do Edital. Além disso, a fim de otimizar a tramitação dos processos de pagamento, têm sido desenvolvidas estratégias como a antecipação dos prazos de entrega dos instrumentos de avaliação do Programa, contribuindo para dirimir atrasos nos pagamentos dos monitores.

Há, entretanto, grandes dificuldades no desenvolvimento do Programa Auxílio Monitoria, como por exemplo o estabelecimento de competências na gestão do Programa, juntamente às Coordenadorias de Curso e Setor Pedagógico, tendo em vista que a atuação dos profissionais destes setores é fundamental no acompanhamento dos discentes que participam do programa, tanto na condição de monitores como de alunos atendidos. Além disso, observa-se em muitos casos a ausência de espaço físico para desenvolvimento das monitorias, que atualmente acontecem em salas de aulas, em horários vagos, ou laboratórios, quando disponíveis. Percebe-se ainda que, embora os discentes apresentem baixo rendimento nas disciplinas para as quais existem monitores,

a procura pelo programa tem sido baixa. Tais situações vêm fragilizando o próprio Programa, e por consequência prejudicando o apoio à formação acadêmica dos estudantes envolvidos.

Propostas e sugestões:

- reformulação do Programa de Monitoria, construindo um projeto específico que contemple organização e proposta de acompanhamento condizentes com os objetivos da Monitoria, e aponte com clareza para os papéis a serem desempenhados pelos profissionais e setores envolvidos;
- desvinculação do Programa de Monitoria da Política de Assistência Estudantil. Entende-se que este programa poderia estar vinculado às Coordenadorias de Curso ou Direção de Ensino, devido à natureza das atividades desenvolvidas;
- destinação de recursos específicos para o Programa de Monitoria, garantindo sua oferta e, com isso, o apoio importante que ele representa ao processo de ensino-aprendizagem.

4 – Programa de Bolsa Permanência

O Programa de Bolsa Permanência – PBP foi criado por meio da Portaria Ministerial nº 389, de 09 de maio de 2013, do Ministério da Educação, e é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais de ensino oriundos de comunidades indígenas ou quilombolas.

Os principais objetivos do Programa são:

- I. viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;
- II. reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil;
- III. promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Este auxílio tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, desde que cumprindo, cumulativamente, as seguintes condições:

- I. possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio;
- II. estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias;

- III. não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar;
- IV. ter assinado Termo de Compromisso;
- V. ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.

Além disso, o Programa prioriza os indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso, desde que comprovada a condição de pertencimento a uma comunidade indígena ou quilombola, conforme dispõe o Anexo I da referida Portaria Ministerial.

A Bolsa Permanência é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas, como a bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC.

O Ifes aderiu ao Programa à época de sua implementação, tendo realizado a divulgação do PBP aos campi, que mobilizaram os alunos interessados a preencherem seus respectivos cadastros com informações sobre seu perfil socioeconômico e acadêmico. Foi enviado memorando aos campi esclarecendo a respeito dos objetivos e critérios de participação no Programa, e orientando a respeito do cadastramento e avaliação de documentação dos alunos. Como o Ifes não possui cursos com carga horária média diária que atenda ao critério do PBP, apenas estudantes de origem quilombola ou indígena puderam ser contemplados.

Sendo assim, em 2019 o Ifes contou com 9 estudantes beneficiados pelo Programa de Bolsa Permanência, sendo 3 deles de origem quilombola e 6 de origem indígena.

5 – Atuação da Diretoria de Assuntos Estudantis

A Diretoria de Assuntos Estudantis é o setor da Pró-reitoria de Ensino responsável assessorar a Proen e os campi na elaboração de programas e projetos voltados à educação em saúde, cidadania, diversidade e inclusão, atenção biopsicossocial, entre outros. Além disso, é responsável por assessorar as equipes ligadas à Assistência Estudantil, aos Napne e aos Neabi dos campi, no âmbito de sua atuação, assim como colaborar com o Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (FIAE), com o Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne) e com o Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Foneabi).

Constituído em 2012, esse setor inicialmente se configurou enquanto uma Assessoria, de caráter multidisciplinar, porém ainda sem a equipe necessária. Com o desenvolver do trabalho, diante do volume de demandas e da grande importância das pautas abordadas, em 2019 foi aprovada a transformação da então Assessoria de Assuntos Estudantis em Diretoria de Assuntos Estudantis, com a equipe constituída por 4 profissionais das áreas de nutrição, psicologia, pedagogia e serviço social.

Esta Diretoria desenvolveu, no ano de 2019, uma série de atividades relacionadas à Assistência Estudantil, dentre elas:

- orientação aos campi e acompanhamento de processos relacionados à Assistência Estudantil;
- acompanhamento de reuniões e assessoria ao FIAE;
- levantamento de informações relacionadas a Assistência Estudantil com vistas à produção de documentos e relatórios (semestrais e anuais), como também para subsidiar ações e projetos institucionais;
- elaboração de Relatórios de Gestão (anuais) e Relatórios de Acompanhamento de Ações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP (semestrais);
- orientação aos campi na elaboração de Termos de Referência para contratação de serviços de alimentação (lanchonete e restaurante);
- orientação aos fiscalizadores de contrato de lanchonete/ restaurante dos campi quanto a procedimentos técnicos no que diz respeito às Boas Práticas na Manipulação de Alimentos;
- orientação Nutricional, elaboração de cartilha, oficinas e palestras para os alunos beneficiados com o Auxílio Alimentação no campus Viana, através de projetos elaborados em parceria entre a Nutricionista da Assessoria de Assuntos Estudantis e as Comissões Gestoras da Política de Assistência Estudantil;
- acompanhamento do Programa de Bolsa Permanência no âmbito institucional;
- participação na elaboração e implementação de experiência-piloto da Pesquisa de Perfil do Estudante Ingressante - campus Colatina;
- participação em comissões ligadas ao FIAE ou relacionadas a temas afins à Assistência Estudantil;
- realização de visitas técnicas aos campi;
- elaboração de pareceres técnicos (quando necessário).

Neste contexto, algumas propostas têm sido formuladas no sentido de fortalecer e consolidar a atuação da Diretoria no que tange principalmente à Assistência Estudantil:

- atuação junto ao Fiae no debate acerca da reformulação da Política de Assistência Estudantil, especialmente junto aos discentes do Ifes;
- ampliação das ações de apoio à implementação, monitoramento e avaliação das ações relacionadas às políticas estudantis;
- promoção, junto às equipes dos campi, da construção compartilhada de processos, procedimentos e técnicas que contribuam para o desenvolvimento integral dos discentes, bem como para sua permanência e êxito no percurso escolar;
- fortalecimento da assessoria aos campi no acompanhamento das cantinas/ lanchonetes/ restaurantes, elaborando propostas para a implementação de projetos de alimentação saudável;
- promoção e apoio a ações de formação dos profissionais ligados à Assistência Estudantil;
- colaboração, junto à Coordenadoria de Assuntos Acadêmicos e ao Fiae, no trabalho de adequação do SIGA-A, visando contemplar as demandas da Assistência Estudantil quanto à organização das informações relativas aos atendimentos e às ações realizadas no contexto da Política de Assistência Estudantil, viabilizando assim o monitoramento do trabalho realizado;
- colaboração com a equipe pedagógica no planejamento de políticas educacionais, bem como na avaliação e no redirecionamento de planos e práticas educacionais;

- apoio e contribuição no diálogo e integração dos fóruns, núcleo e comitê ligados à Proen (Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil, Fórum de Gestão Pedagógica, Fórum dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, Fórum de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, Fórum de Registros Acadêmicos, Fórum de Bibliotecários, Fórum de Gestores de Ensino, Núcleo de Gênero e Sexualidade do Ifes, Comitê EJA) para debate, construção coletiva de procedimentos e proposição de ações conjuntas, com foco na formação integral dos discentes.